



Planeamento energético para os anos 80

Em 12 e 13 de Dezembro último, a Associação Portuguesa para o Estudo da Integração Europeia (Intereuropa) reuniu na FIL, em Lisboa, em jornada de estudos sobre política industrial, tecnológica e energética da C.E.E., entidades oficiais e privadas nacionais e algumas estrangeiras.

Dos trabalhos desenvolvidos interessa-nos especialmente destacar as declarações do então Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base acerca do projecto (que se deduz estar — na ocasião — em preparação) do plano energético nacional. A tal propósito, parece-nos oportuno fazer aqui algumas considerações.

Creemos que, no limiar da década decorrente, não haverá país algum que não esteja a braços com a problemática da energia.

No decorrer do nosso século, a necessidade de consumos progressivos de energia situa-se dominante na essência da civilização material da Humanidade. Mas o que se passa em nossos dias evidencia, com radical persuasão, a precariedade de segurança e de sobrevivência desses tipos de civilização que temos usufruído, no enquadramento sombrio que se perspectiva para os anos 80 (perturbações crescentes no comércio internacional das fontes primárias energéticas).

Arriscamo-nos a afirmar que raras serão as zonas geo-políticas da Terra onde esse mal-estar (de desencorajante presságio) não perturbe governantes e governados e os não arraste para políticas da energia que tocam (em certos meios) limites e soluções de emergência, que são, em geral, gravosas das qualidades de vida das sociedades civilizadas.

Se é assim, com efeito, no Mundo em que vivemos, como o não será em Portugal, onde a Natureza tem sido somítica até à exaustão, quanto às disponibilidades naturais de fontes primárias de energia perante as exigências dos consumos?

Para já, temos o pressentimento (realístico e fundamentado) de que, no decurso destes anos 80, a situação portuguesa nesta matéria não terá tempo de se modificar favoravelmente, face à incerta evolução mundial para novas fontes energéticas comercializáveis, na actualidade em tratos desesperados de investigação; nem cremos mesmo que, para além do que, na óptica da produção de energia, tem sido processado neste País desde há várias décadas, seja de oportuna e segura viabilidade enveredar por outros caminhos substitutivos, posto que largamente experimentados e avançados na generalidade das zonas geoeconómicas mais desenvolvidas.

O tempo (quanto pensamos) é factor decisivo no que respeita a opções de substituição que proporcionem soluções de emergência a curto prazo. Para Portugal,

uma década é período excessivamente curto para empreender novas grandes realizações que ultrapassem rotinas de meio século em que praticou e nas quais se habilitou.

O planeamento energético situa-se em níveis urgentes e prioritários da política económica nacional.

Parece-nos que o problema a equacionar e a resolver se decompõe basicamente em dois aspectos distintos, que tocam respectivamente à electricidade e ao petróleo. No primeiro ponto (cuja acessibilidade se apresenta mais fácil, relativamente ao segundo) julgamos difícil imaginar soluções diferentes (para além, evidentemente, do progresso activado dos aproveitamentos hidroeléctricos disponíveis) do ensaio e da promoção generalizada de progressiva reconversão das nossas centrais térmicas, para alimentação a carvão (transformado ou não).

Temos por realidade o facto de ser mais favorável (com vista ao próximo futuro) a disponibilidade da oferta mundial de combustível fóssil sólido, provavelmente transformado, que o que se deve perspectivar em relação aos petróleos.

O segundo ponto parte da desgraçada situação de serem dependentes dos combustíveis fósseis líquidos todas as redes de transporte (marítimas, aéreas ou rodoviárias).

Aqui estão a terrível dificuldade e o grande obstáculo para a aceitação de opções satisfatórias (mas realísticas) que venham a conduzir a nossa política energética durante a década decorrente. É este o aspecto do problema da energia que tem de ser pensado com urgência e com alguma imaginação, por certo inconformista com os hábitos inerentes à civilização do nosso século.

Tem de ser poupado o petróleo como fonte basilar do consumo de energia no nosso País (mais de 80 % em 1979). Temos de imaginar soluções novas e, ousadamente, programar a imediata reconversão dos consumos para outros abastecimentos que perspectivem maiores factores de segurança. É esta a linha de rumo que está no âmago do planeamento de emergência cuja aplicação, no decorrer desta década, a conjuntura actual obriga a encarar com prudente interesse.

Tanto quanto se pode vaticinar acerca do que nos deve «chegar a tempo» (na década actual) não vamos muito além de acreditarmos apenas na «certeza» possível que corresponde à electrificação dos consumos (incluindo os rodoviários) e ao regresso generalizado do carvão. Queira Deus que, entretanto, nos não «chegue a tempo» condicionalismo pior.

F. do A.